

**O LIBERALISMO COMO “SOLUÇÃO” PARA A “QUESTÃO SOCIAL”: A DOMESTICAÇÃO E CONTROLE DOS TRABALHADORES NAS PÁGINAS DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO (OESP).**

Guilherme Pigozzi Bravo e Tiago Siqueira de Oliveira  
(Doutorandos junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – FFC-UNESP-Marília)  
E-mail: guipbravo@yahoo.com.br/tiago\_deoliveira@marilia.unesp.br

**Resumo:** O objeto deste trabalho consiste em analisar e compreender a importância da atuação da imprensa, especificamente do jornal *O Estado de S. Paulo*, em um determinado período e contexto histórico. O projeto de poder que norteava a atuação do OESP balizava-se na doutrina liberal e almejava a hegemonia política e cultural de São Paulo, no cenário nacional. Para os representantes do jornal, a manutenção da “paz social” pautava-se pela completa eliminação dos “inimigos da propriedade privada”, ou seja, os comunistas, e pelo controle político e ideológico da classe operária, o que, em si, revela o caráter autoritário e excludente da doutrina liberal. Para o periódico, a “ordem social” constituía-se um fator imprescindível para a evolução política e econômica do país, o que pressupunha o controle ideológico dos trabalhadores, de forma a torná-los dóceis, produtivos, ordeiros e “resistentes” às investidas perniciosas dos comunistas, considerados como “inimigos da propriedade”. Assim sendo, a partir de um recorte que compreende os anos de 1930 a 1937, concentrando-se no ano de 1935, observar-se-á a capacidade do jornal estudado de construir uma opinião e influenciá-la, a partir de uma dada concepção ideológica.

**O LIBERALISMO CONSERVADOR DO OESP.**

Fundado em 1875, com o nome de “*A Província de S. Paulo*”, o periódico ganhou notoriedade<sup>1</sup> na defesa dos ideais republicanos e liberais. Buscando uma participação ativa no cenário político, econômico e social do país, a atuação política de seus representantes “se orientava por um projeto idealizado para o Brasil e para São Paulo, cujas bases se prendiam ao corpo de ideias que compõem a doutrina liberal, [...]” (CAPELATO, PRADO, 1980, p. 23).

A direção deste projeto, que propunha a reconstrução do Estado e a regeneração dos costumes políticos do país, ficaria nas mãos de uma força dirigente paulista que, considerada superior em relação aos demais brasileiros, a partir de critérios de raça, nascimento e tradição histórica<sup>2</sup>, cabia não só a construção de uma “consciência coletiva” como também a condução dos destinos do país. Alicerçado nos preceitos do Liberalismo, o pensamento político, social e cultural defendido pelo matutino caracterizava-se pela preservação das liberdades individuais e do direito de propriedade.

De acordo com Maria Sylvia de Carvalho Franco (1993, p. 38), o termo propriedade, em Locke, designa aquilo que é próprio ao homem, aquilo que lhe pertence. Dado que a propriedade é algo natural ao homem, ela está submetida às leis da natureza. Nesse sentido, o direito de propriedade, para o indivíduo, assenta-se na posse de seu corpo e na capacidade de utilizar suas habilidades. No momento em que realiza esta sua capacidade, ao atuar no mundo, o homem constitui-se a si mesmo. O mundo natural, por sua vez, só existirá integralmente por meio da ação humana:

[...] A natureza existe no mundo exterior, mas só se configura ao ser posta em contato com as potencialidades humanas, as quais também só existem quando se atualizam na prática. A natureza é efetiva quando útil, ao ser constituída pela ação humana; o homem só é um espécime completo quando se exterioriza no mundo e põe em operação uma atividade que define o contorno das coisas. Por isso mesmo, o homem é essencialmente proprietário, [...] (FRANCO, 1993, p. 40).

---

<sup>1</sup> “Entre 1890, quando Júlio de Mesquita assume a direção de O Estado de S. Paulo, e 1917, a tiragem passa de 7 mil para 53.600 exemplares diários”. (MICELI, 2001, p. 249).

<sup>2</sup> O direito ao poder político das elites paulistas era justificado por meio dos critérios de tradição histórica, fundamentada nos desígnios de uma “providência”, “índole” e nascimento: “Uma fatalidade histórica quis que de São Paulo sempre partisse a palavra ou o gesto decisivo para os destinos do Brasil, nos momentos mais aflitivos da sua evolução. Aqui se plasmou a raça, daqui partiram os que deveriam traçar as fronteiras dentro das quais haveríamos de evoluir. [...] Porque, pois, faltarmos à nossa secular missão e não darmos agora início à autonomia popular, integrando definitivamente a nacionalidade no conjunto dos povos democráticos do Universo?” (MESQUITA FILHO, 1925, p. 63-64). Essa superioridade de São Paulo fez com que o Brasil se tornasse um “problema” paulista: “Porque, senhores, o Brasil nada mais é do que um problema posto pelas Bandeiras; e, ou nós paulistas de hoje e de amanhã o resolveremos, ou teremos irremediavelmente falido na missão que nos legaram os nossos antepassados, [...] tirar essa imensa massa do seu estado atual, ainda quase amorfo, para dar-lhe consistência diferenciada e definida”. (MESQUITA FILHO, 1969, p. 166-167)

O Estado de natureza é regido por leis naturais que podem ser conhecidas por todos, por meio da razão e sensibilidade. Estas leis tornam-se efetivas no momento em que o homem exterioriza suas potencialidades no mundo. Dado que as leis naturais são passíveis de serem conhecidas por meio da razão, somente os que a utilizam podem ser contados entre aqueles que pertencem ao estado de natureza. Se o homem se constitui no momento em que se torna proprietário, ou seja, quando age diretamente na natureza, apropriando-se de algo, somente aqueles que assim procedem pertencem à comunidade dos humanos. Os que não conseguiram, por sua própria culpa, tal intento, permanecem excluídos, marginalizados, inferiores. Se o homem conseguiu tornar-se proprietário, deve-se ao fato de que, conhecedor das leis naturais, aplicou-as quando se pôs em atividade no mundo natural.

Para Maria Sylvia de Carvalho Franco (1993, p. 42), é neste ponto que se pode perceber que a igualdade dos proprietários alicerça-se em uma desigualdade, pois todos os homens, embora biologicamente iguais, possuem capacidades e habilidades distintas, tanto para agir na natureza, quanto para conhecer a lei que a rege. Além do mais, se o contrato social fundamenta-se na necessidade de preservação da propriedade, por um Estado, significa que a transgressão às leis naturais já figura como uma possibilidade real. O Estado deve punir aqueles que transgridem as leis naturais, ou seja, os não-proprietários. Neste sentido, o liberalismo pode ser considerado

[...] uma doutrina que legitima a destruição do outro, dos desiguais ou diferentes por natureza. Sua teoria explícita da preservação de toda a humanidade consiste precisamente no seu contrário, ou seja, legitima o extermínio de parte dela. Determina-se com isso, uma oposição radical: de um lado, os naturalmente iguais, os proprietários – humanos, perfeitos, pacíficos, membros da comunidade harmoniosa e legal; de outro, os naturalmente diferentes, os não-proprietários - inumanos, degenerados, animais, ferozes, alheios às leis da razão. (FRANCO, 1993, p. 46)

A vida e a liberdade, em Locke, da mesma maneira que as posses materiais, estão condicionadas à atividade humana sobre a natureza, ou seja, a capacidade humana de produzi-las no instante em que se apropria de algo. A defesa da propriedade na sociedade civil significa, assim, a defesa da vida e da liberdade do indivíduo:

[...] Na realidade, reconhecia-se implicitamente que a ‘natureza’ humana não residia dentro do indivíduo, mas na unidade do homem e das forças materiais: portanto, a conquista das forças materiais é uma maneira - e a mais importante - de conquistar a personalidade, [...] (GRAMSCI, 2006, p. 262).

A sociedade transforma-se, então, em um espaço onde se estabelece uma relação entre proprietários que, por meio de um contrato, instauram um poder político, cuja finalidade é garantir a posse e o usufruto da propriedade e as condições para que as relações de troca entre eles transcorram dentro dos limites da ordem.

Como a vida e a liberdade estão condicionadas à posse, qualquer atentado contra a propriedade significa ameaça à própria existência do indivíduo. De fato, esta relação direta entre propriedade, vida e liberdade encerra outra questão: aqueles que, por sua inépcia, não conseguiram tornar-se proprietários, perderam, assim, sua liberdade, sua existência autônoma. Devem permanecer tutelados, dominados.

Um governo caracteriza-se *bom*, em relação aos trabalhadores, quando consegue mantê-los, por qualquer meio, impossibilitados de organizar-se contra uma ordem “natural”, cujas leis estes não conseguem compreender. Segundo Locke, os assalariados não possuíam interesses. A questão social torna-se, então, assunto de Estado. Cabe a este tornar a classe trabalhadora produtora da riqueza nacional (MACPHERSON, 1979, p. 240). O proletariado, dada a sua “irracionalidade”, não estaria qualificado para participar efetivamente na comunidade política; portanto, não poderia realizar qualquer revolução ou movimento que pudesse colocar em risco os alicerces do poder. Tornam-se dependentes do Estado pela incapacidade de viver de acordo com as leis da natureza e por meio do raciocínio.

Neste sentido, vê-se que o liberalismo reconheceu “sempre uma personalidade política somente à propriedade, isto é, o homem valeria não por si mesmo, mas enquanto integrado por bens materiais” (GRAMSCI, 2006, p. 261).

Diante do exposto, pode-se afirmar que, neste trabalho, Liberalismo não será considerado como sinônimo de Democracia. Ao analisar os interesses sociais que o primeiro sustenta, percebe-se que o pensamento liberal, ao estabelecer relação entre liberdade e livre gozo da propriedade, constrói uma distinção entre uma “comunidade dos livres”, os proprietários, e os não-livres, os não-proprietários. Neste ponto, há de se concordar com Maria Helena Rolim Capelato (1988, p. 23) que, ao analisar a imprensa liberal paulista, considera o pensamento liberal como “uma teoria de dominação social [...] e nesse aspecto é autoritário”.

Segundo Maria Helena Capelato (1988, p. 22), as ciências sociais marcaram presença no projeto reformador dos liberais do OESP. Júlio de Mesquita Filho (JMF), por exemplo, admirava a Sociologia, destacando o papel fundamental que esta tinha na apreensão científica da sociedade. Ao falar dos princípios que norteavam a ação do jornal, a influência da metodologia e das categorias de análise das ciências empíricas torna-se explícita:

Em que consistem tais princípios? No respeito ao liberalismo, [...], no seu sentido real, no sentido que lhe imprimiu o espírito do século XIX, em que nasceu e prosperou. Esse espírito, vós os sabeis, fora uma conseqüência do enorme progresso das ciências matemáticas, físicas e naturais nos primórdios daquela centúria, e se caracterizou por uma confiança ilimitada no poder da experimentação. Experimentar era o *mot d'ordre*, e só acreditar naquilo que a Ciência afirmasse, o postulado lógico da inteligência. Eis a natureza fundamental do liberalismo, [...], limita-se a observar o curso natural dos acontecimentos, para pautar, por eles, as suas ações. Assim, aceitará a intervenção do Estado, neste ou naquele setor das atividades humanas, segundo as circunstâncias e sempre que o determinismo dos fatos o aconselhe. (MESQUITA FILHO, 1969, p. 71-72)

Por sua importância na questão do controle social, a sociologia foi invocada constantemente nas discussões acerca da reforma do ensino e da organização do mundo do trabalho: “A seiva da ordem, a vocação da lei perduram como elementos vitais que circulam no sangue dos organismos sadios e preparam o ambiente de paz e confiança em que vivem e trabalham as suas populações” (OESP, 12-04-1935, p. 03).<sup>3</sup>

Nestes assuntos, os liberais aproximavam-se das propostas autoritárias. Admitia-se, no entanto, a ausência destas nos campos político e econômico, nos quais não deveriam interferir. Para Thomas Skidmore (1989, p. 28), a doutrina positivista era um atrativo aos membros da elite dominante, os quais vislumbravam o crescimento econômico do país sem que necessariamente houvesse qualquer “mobilização social”. Concebendo a maioria da população brasileira como uma massa amorfa, analfabeta e sem capacidade de atuação política, a elite reconhecia no “aspecto autoritário do positivismo” um paradigma de modernização e justificação de sua posição social e política.

A “vantagem”, para os liberais, da utilização dos pressupostos teóricos de Auguste Comte e Émile Durkheim, residia no fato de que, para ambos, os conflitos sociais não estão ligados à ordem econômica, mas, sim, a uma questão de sociabilidade. Assim, a solução para a “questão social” encontrava-se na formação ético-moral do indivíduo, como forma de integrá-lo e ajustá-lo ao corpo social, o que conferiria a possibilidade de uma convivência coletiva nos limites de uma ordem estabelecida. Além de Auguste Comte e Émile Durkheim, Herbert Spencer e Mendel também figuram entre as escolhas teóricas de JMF. De acordo com Maria Rolim Capelato e Maria Lígia Prado (1980, p. 96),

“[...] evolucionistas sociais, como Spencer, acreditavam que as mudanças sociais eram lentas, graduais e contínuas e que levavam, em todos os

---

<sup>3</sup> Ressalte-se que “[...] *ordem*, isto é, seu exercício, constitui-se, para o jornal, uma necessidade das classes sociais detentoras, gestoras e agregadas do Capital, servindo portanto à dominação. Para além do claro caráter de classe que essa posição expressa, é importante reiterar a influência positivista do liberalismo do jornal” (FONSECA, 2005, p. 175).

domínios do universo, ao desenvolvimento de formas progressivamente mais altas”.

Assim, influenciados pelo evolucionismo de Spencer, os liberais acreditavam que a evolução do país rumo ao progresso deveria ser realizada de maneira pacífica e ordeira. Por isso, condenavam qualquer movimento radical de transformação, como a revolução, considerada uma ameaça ao organismo social. Neste sentido, as propostas reformistas propostas pelos representantes do OESP restringiam-se ao âmbito da reforma política e educacional.

O evolucionismo orgânico de Spencer prestava-se, assim, aos objetivos de dominação social. A vantagem de se adotar o modelo social spenceriano residia, também, no fato de que o pensador preserva, em seu modelo social orgânico, as liberdades individuais e a ausência de um Estado centralizado.

No que tange às influências intelectuais de pensadores brasileiros sobre JMF, identifica-se nele certa admiração por Capistrano de Abreu, Oliveira Vianna e Euclides da Cunha. Tais pensadores também foram influenciados pelo evolucionismo de Spencer e pelo Positivismo Comteano. Além destes teóricos, ressalta-se a importância das teorias evolucionistas de Darwin e das teorias raciais. De acordo com José Carlos Reis (2007, p. 89-90), tais intelectuais

Tinham, agora, uma preocupação ‘cientificista’. Comte, Buckle, Darwin, Spencer serão as referências intelectuais predominantes. [...] A formação intelectual de Capistrano se deu nesse ambiente determinista, científicista, até racista. Discutia-se, então, o positivismo, o determinismo climático, o determinismo biológico, o spencerianismo, o comtismo, o darwinismo, as teorias raciais. Pensava-se que a sociedade poderia ser estudada com a mesma objetividade com que se estudava a natureza, pois também se submetia a leis gerais de desenvolvimento. [...] Euclides da Cunha, O. Vianna, Sílvio Romero, Tobias Barreto, enfim, a geração de Capistrano de Abreu, discutia darwinismo social, luta pela vida, seleção das espécies, [...]

Após identificação das raízes intelectuais que influenciaram a formação cultural de Júlio de Mesquita Filho, pode-se, agora, analisar a aplicação de tais teorias no estudo da sociedade brasileira, empreendido pelo jornalista<sup>4</sup>. A face autoritária e conservadora de seu

---

<sup>4</sup> Com a morte do pai, em 1927, o jornalista tornou-se o nome mais importante no comando do OESP. Entendemos, portanto, que qualquer publicação do periódico, a partir daquele ano, esteve vinculada ao projeto de hegemonia política e cultural idealizado por JMF. A análise dos editoriais e dos artigos publicados no jornal considerou, também, as concepções ideológicas de “Julinho”. A partir dos pressupostos analíticos por meio dos

pensamento torna-se explícita quando, ao justificar a superioridade política, econômica, cultural e social de São Paulo, sob a hegemonia dos paulistas do “grupo do Estado”<sup>5</sup>, demonstra ser o liberalismo totalmente compatível com as teorias organicistas, evolucionistas e racistas<sup>6</sup>.

## **O OESP E O MOVIMENTO OPERÁRIO NOS ANOS 1930**

O comportamento do OESP, diante do movimento operário, oscilou entre o reconhecimento das propostas e interesses da classe trabalhadora e a condenação a qualquer protesto ou manifestação por parte desta. No momento em que o movimento dos trabalhadores ganhava maiores proporções, os representantes do jornal, temerosos em relação à manutenção da ordem, passaram a elogiar a atitude repressora e violenta exercida pelo poder público.

Desde a chegada de Getúlio Vargas ao poder, em novembro de 1930, até o início da reação do governo federal, após os levantes de novembro de 1935, a posição do matutino, em relação a Vargas, alternou-se entre elogios e pesadas críticas. Se os momentos de ruptura e de crítica em relação ao poder, como na revolução de 1932, têm sua origem na defesa dos princípios liberais e nas instituições democráticas, o temor que o periódico nutria em relação ao conflito social, e em maior grau, ao comunismo, fazia com que este aceitasse o fortalecimento do poder Executivo, conclamando a interferência estatal na solução dos conflitos e na repressão aos comunistas. Como veremos adiante, foi nos anos 20 e 30, quando

---

quais JMF construiu seus projetos políticos, pretendeu-se, também, compreender a relação existente entre Liberalismo, Democracia e Autoritarismo.

<sup>5</sup> Segundo Irene Cardoso (1982, p. 41), “O ‘grupo do Estado’ considera-se a Comunhão paulista. [...] A Comunhão paulista não se identifica com o Estado de São Paulo (Estado da Federação), mas é a representação ideológica que o ‘grupo do Estado’ faz de si mesmo”. O OESP, porém, mantinha-se “neutro” em relação ao “grupo do Estado”, “[...] para preservar o seu perfil enquanto órgão de imprensa”, ou seja, transmitir ao leitor a ideia de imparcialidade. (CARDOSO, 1982, p. 45)

<sup>6</sup> Se a condição marginal do escravo, para JMF, constituiu um fator de estabilidade política e social no Império, a crise e a decadência moral e política, no período republicano, deveram-se, também, à abolição da escravatura: “Promulgado o decreto de 13 de Maio, entrou a circular no sistema arterial do nosso organismo político a massa impura e formidável de dois milhões de negros, subitamente investidos das prerrogativas constitucionais” (MESQUITA FILHO, 1925, p. 09). A principal consequência da Abolição consistiu, para Júlio de Mesquita Filho, certamente, no afastamento das elites intelectuais do poder e, conseqüentemente, no surgimento de uma nova categoria de políticos: “[...] o caos mental em que nos submergiu o refluxo de africanos, que dos centros agrícolas se derramou pelas cidades do litoral, onde floresciam e doutrinavam as elites intelectuais, [...] veio favorecer a eclosão de um tipo político profissional, cuja mentalidade, [...], mais se aproximaria do estalão geral das broncas massas eleitorais da república, fato patente no declínio regular dos valores mentais que se têm sucedido na suprema magistratura da nação”. (MESQUITA FILHO, 1925, p. 18-19). O Brasil sonhado por “Julinho” ancorava-se na eliminação total da raça negra e na conseqüente “purificação” do sangue ariano. Em seu projeto de modernização do país, a presença do negro constituía um anacronismo, visto que este já havia cumprido o seu papel, ou seja, o de escravo.

houve o recrudescimento dos conflitos sociais, como greves e manifestações de esquerda, que o jornal realizou, de forma mais nítida e radical, o ataque ao “perigo vermelho”.

Para os liberais do OESP, o temor diante do conflito social se aliava ao temor do comunismo. Na década de 20, em meio às agitações sociais e políticas, o jornal chegou a estabelecer uma comparação entre a realidade brasileira da época à da Rússia pré-revolucionária. Assim, a revolução que levou os bolcheviques ao poder, em 1917, serviria como um exemplo de alerta para os brasileiros. Todos os esforços deveriam ser direcionados para que o mesmo não ocorresse no Brasil.

Os editorialistas do jornal acreditavam que na mistura de raças residia o atraso do país, fragilizando o organismo social, tornando-o suscetível à ação dos “agentes de Moscou”. Acreditavam, também, que o estágio evolutivo em que se encontrava o país tornava-o pouco resistente à propaganda subversiva, que poderia insuflar as massas descontentes, o que, para o matutino, representava o principal perigo para a nação. Neste sentido, evocaram a defesa da nacionalidade como principal arma contra o comunismo:

A criação do PCB<sup>7</sup> reforçou os temores da classe dominante. A imprensa reagiu contra os disseminadores da ‘utopia desoladora’ e justificou sua repressão em nome da defesa da propriedade privada, um direito natural, cujo desrespeito representava um crime. E os comunistas foram responsabilizados (como até então tinham sido os anarquistas) pelos conflitos sociais. (CAPELATO, 1988, p. 105)

Assim, a comparação com a Rússia, divulgada pelo jornal, contribuiu para que houvesse aumento do sentimento anticomunista:

Um dos instrumentos mais utilizados diz respeito à comparação de algum fato ou ação de desagrado do jornal a determinados momentos da história, sobretudo aos momentos de maior violência como a Revolução Francesa, o nazismo, [...], e o socialismo, por antagonizar-se com o sistema capitalista. É interessante observar que os fenômenos históricos são comparados com o fim de corroborar uma dada idéia ou imagem que o jornal esteja elaborando. Em outras palavras, há uma seleção dos períodos e fatos históricos que, por seu turno, são interpretados de acordo com a conveniência do jornal. De forma alguma OESP vê a história em toda a sua complexidade, o que implicaria fundamentalmente a observância de suas contradições, controvérsias e perspectivas distintas, [...] (FONSECA, 2005, p. 319).

---

<sup>7</sup> De acordo com Leandro Konder (2009, p. 166), “[...] o PCB não foi criado pela IC: fora criado por gente que atuava no nosso país, que se orientava em função da nossa realidade, [...]”.



O temor em relação à ideologia moscovita aumentou significativamente na década de 30. Um dos motivos foi o manifesto lançado por Luiz Carlos Prestes em maio de 1930, quando este rompeu com os seus antigos companheiros tenentistas e passou a pregar uma revolução de caráter agrário e antiimperialista, constituída por um bloco de camponeses e de soldados, os soviets.

O manifesto teve grande repercussão nas páginas da imprensa anticomunista. O general da “Coluna Invicta” foi transformado em um dos principais inimigos da nação, pelos jornais que até então haviam enaltecido os seus feitos à época da Coluna. A proposta do manifesto, tão logo identificada com o comunismo, foi encarada como estranha à natureza e às aspirações do povo brasileiro. Assim, “Os reformadores liberais, que desejavam acima de tudo ver o Brasil alçado à condição de grande potência no mundo capitalista, interpretaram o manifesto como negação de seu projeto.” (CAPELATO, 1988, p. 106).

As propostas de Prestes provocaram um recrudescimento da reação contra o comunismo. Prestes aparecia como um inimigo nacional. O anarquismo deixou de ser o principal responsável pelas crises sociais. A partir daquele momento, o comunismo transformou-se no adversário principal, numa séria ameaça ao “progresso dentro da ordem”. O Comunismo justificou todo o apoio dado às medidas repressoras e violentas empregadas pelo poder público no combate aos “subversivos”. Para Júlio de Mesquita Filho (1954, p. 15), Luiz Carlos Prestes, “[...] abjurando as suas antigas crenças, se transformara no campeão do totalitarismo de esquerda na América do Sul, [...]”<sup>88</sup>.

Se, antes, o povo brasileiro era descrito como semelhante em relação ao russo, o jornal, após a publicação do manifesto, destacou a incompatibilidade da índole e do comportamento deste em relação ao bolchevismo. Assim, a nomeação do “Cavaleiro da Esperança” como presidente de honra da Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi o principal motivo para a associação do movimento ao comunismo.

Dado o recrudescimento do movimento operário a partir de 1917, a “questão social” ganhou importância no projeto político dos liberais do OESP. Diante do aumento efetivo das manifestações operárias, o periódico reconheceu a necessidade de uma legislação social. Embora defendessem a não intervenção do poder público nas relações entre a classe patronal e a operária, o jornal, no final da década de 1920, começou a rever sua posição diante da necessidade de se solucionarem os conflitos sociais.

---

<sup>88</sup> Na mesma obra de Júlio de Mesquita Filho, aparecem outras denominações para o “Cavaleiro da Esperança”, como, por exemplo, “o líder do comunismo na América do Sul” (1954, p. 08) e “aquele que se tornaria mais tarde uma das mais poderosas forças de revolução social jamais registradas pela história política do País” (1954, p. 14).

Estes constituíam-se em obstáculos à evolução pacífica e ordeira do país em direção ao progresso, além de servirem unicamente aos interesses dos “agitadores vermelhos”:

[...] Movimentos para subverter a ordem constitucional só podem ser planejados por extremistas vermelhos, mas esses não encontram apoio nas massas nem contam com elementos sérios para uma luta decisiva. O mais que fazem é fomentar dissensões entre os adversários com a esperança de que se venham a lançar uns contra os outros e, assim, facilitar-lhes uma tentativa de assalto às instituições e à sociedade. Só os extremistas, também, poderão lucrar com a alteração da ordem. [...] Os outros, os que não são extremistas, só tem o que perder com movimentos sediciosos. (OESP, 21-03-1935, p. 03)

As propostas positivistas de reorganização do mundo do trabalho por meio da conciliação e cooperação entre capital e trabalho, em que o Estado emerge como uma instância responsável pela regulamentação das relações trabalhistas, foram aceitas pelos representantes do OESP. Estes acreditavam que os conflitos entre a classe patronal e a operária constituíam uma séria ameaça à integridade do corpo social.

Para o jornal, a plena efetivação da democracia “paulista”, em um ambiente político-social de paz, dentro da ordem, requeria a participação de todas as classes, organizadas e cooperando<sup>9</sup> umas com as outras:

Se não houver em todas as classes um largo espírito de cooperação e renúncia, se não soubermos conter as nossas paixões e orientar os nossos passos no caminho do direito e da justiça, não escaparemos aos transe da anarquia e aos tormentos ditatoriais que a elas, [...], se seguem. (OESP, 26-04-1935, p. 03)

Ao comentar as comemorações referentes ao Dia do Trabalho, o jornal destacou a maneira disciplinada e ordeira com que os trabalhadores se comportaram, demonstrando, assim, as relações pacíficas entre capital e trabalho no Brasil:

A data de primeiro de maio, [...], transcorreu sem agitações deploráveis. É assim que, em uma democracia, como a do Brasil, onde não há barreiras intransponíveis separando as classes e onde se sente, entre os patrões, o desejo real de melhorar a situação dos operários, ela deve ser comemorada. A violência, no Brasil, para a solução das controvérsias entre operários e patrões é um verdadeiro crime pois que, dentro da paz e da ordem, não haverá reivindicações operárias,

---

<sup>9</sup> De acordo com Francisco Fonseca (2005, p. 413), “[...] embora jamais afirmasse rejeitar os conflitos – passíveis de expressão numa sociedade que se requer liberal-democrática –, a grande imprensa os vetou no cotidiano das relações sociais, requisitando, de forma ora velada, ora explícita, a ‘harmonia’ entre as classes. Um dos seus objetivos, aliás, foi justamente tentar promover tal ‘conciliação’. No entanto, quando ela se tornou inviável, não hesitou em solicitar a coerção, por meio dos aparelhos repressivos do Estado, [...]”.

quando razoáveis e justas, que deixem de ser satisfeitas, [...] (OESP, 03-05-1935, p. 03)

O fantasma do perigo comunista justificou o apoio a todo tipo de repressão e, também, às medidas mais rígidas de controle social e de maior intervenção do Estado nas questões sociais. O OESP, nos primeiros meses do governo Vargas, temendo que as dificuldades econômicas pudessem agravar o problema social, acabaria concordando com a necessidade de uma legislação trabalhista. A criação do Ministério do Trabalho foi elogiada pelo jornal, na esperança de que os conflitos sociais fossem resolvidos:

Tem razão o senhor ministro do trabalho: a revolução de 30 abriu novas perspectivas ao operário brasileiro. Com efeito, o principal de sua obra legislativa foi-lhe consagrado e muitas das reivindicações dos trabalhadores, acolhidas com interesse até pelos que ainda pouco supunham o Brasil o paraíso do capitalismo egoísta, [...] (OESP, 02-01-1935, p. 03)

O jornal reconhecia a luta dos trabalhadores para se organizar em defesa dos interesses da classe, desde que se mostrasse justa e realizada de forma disciplinada e dentro da ordem, colaborando assim, para o desenvolvimento do país. Entretanto, o matutino enfatizava que a defesa do operário não significava tolerância com o comunismo. Os comunistas deveriam ser reprimidos de forma severa, pois constituíam “um caso de polícia”:

Sempre mereceram nossa inteira simpatia os movimentos e as iniciativas surgidas com o propósito de aliviar e reerguer qualquer classe oprimida da sociedade. Mais de uma vez temos tomado francamente posição ao lado dos que lutam e combatem em prol de aspirações legítimas contra toda espécie de opressão. Nem outra coisa forma a tradição desta casa, onde os valores verdadeiramente humanos primaram sempre sobre todos os outros, [...] (OESP, 18-01-1935, p. 03).

Os seus articulistas apresentaram-se como ferrenhos defensores dos direitos e das reivindicações operárias, ao mesmo tempo em que se diziam neutros em relação aos interesses das classes dominantes e do proletariado. Assim, por não representar nenhum interesse específico de qualquer setor social, o periódico concorreria, unicamente, para a manutenção da paz social.

Entretanto, tal comportamento reflete, também, a intenção do jornal de combater a influência que as propostas antiliberais<sup>10</sup> poderiam exercer no interior do movimento operário,

---

<sup>10</sup> Além do comunismo, o fascismo também representava, para os editorialistas do OESP, uma séria ameaça aos valores liberais. No editorial do dia vinte e cinco de abril de 1935, por exemplo, o jornal fez uma crítica em

por meio da construção de um consenso positivo, no seio das massas trabalhadoras, em relação aos valores do capital. Ao invés de colocar-se abertamente em defesa dos interesses patronais, o periódico concentrou-se no “[...] espraçamento dos valores liberais e capitalistas aos próprios trabalhadores, [...]” (FONSECA, 2005, p. 187-188). Neste sentido, a “paz social” nada mais representa do que a salvaguarda da propriedade privada e a garantia ao desenvolvimento do sistema capitalista no país<sup>11</sup>.

### **CONTRA O COMUNISMO, A (DES) INFORMAÇÃO**

Para os representantes do OESP, a reorganização do mercado de trabalho, no Brasil, estava condicionada à formação de uma mão-de-obra disciplinada e capacitada. Neste sentido, além de objetivar o desenvolvimento físico do trabalhador, de forma que pudesse desenvolver habilidades e comportar-se de maneira ordenada, havia a preocupação com a formação da conduta e caráter deste, por meio de uma educação cívica e moral.

A valorização da mão de obra nacional resultou de dois fatores: a diminuição do fluxo imigratório e a preocupação com o recrudescimento do movimento operário, associado à presença do trabalhador imigrante. Responsabilizados pelos conflitos sociais, os trabalhadores estrangeiros foram transformados, pelos jornais, em “desordeiros”, “indisciplinados”:

A necessidade de defesa social data de pouco tempo para cá. Até alguns anos atrás, os extremistas não ameaçavam a instabilidade das instituições nacionais. A sua propaganda era insignificante e os seus adeptos não eram numerosos. Mas, com o andar dos tempos, a situação mudou. O afluxo de estrangeiros, [...], fez crescer, rapidamente, no Brasil, o número de agitadores e a convulsão política, [...], favoreceu a proliferação de todas as ideologias nocivas. Hoje, elas constituem um perigo sério. (OESP, 05-02-1935, p.03)<sup>12</sup>

---

relação ao movimento integralista liderado por Plínio Salgado, ressaltando o divórcio existente entre a teoria fascista e a orientação prática daquele movimento: “[...] o integralismo mostrou que é uma coisa nos livros e outra coisa na realidade. Nos livros, é a última palavra da hierarquização e da ordem, [...]. Entretanto, na realidade, revelou-se, apenas, elemento de confusão e desordem, [...]”.

<sup>11</sup> Com o propósito de combater a dominação ideológica que a classe dominante exerce, sobretudo por meio da imprensa, Antonio Gramsci convoca a classe trabalhadora para que “boicote” os jornais burgueses. Neste sentido, o despertar de uma consciência independente e crítica e, conseqüentemente, a construção de uma cultura e práxis políticas próprias à classe operária, constituíram os objetivos principais do pensador marxista no semanário “L’Ordine Nuovo”: “Tudo o que se publica é constantemente influenciado por uma idéia: servir a classe dominante, o que se traduz sem dúvida num fato: combater a classe trabalhadora. E, de fato, da primeira à última linha, o jornal burguês sente e revela esta preocupação. [...] Todos os dias, pois, sucede a este mesmo operário a possibilidade de poder constatar pessoalmente que os jornais burgueses apresentam os fatos, mesmo os mais simples, de modo a favorecer a classe burguesa e a política burguesa com prejuízo da política e da classe operária. Rebenta uma greve? Para o jornal burguês os operários nunca têm razão. Há manifestação? Os manifestantes, apenas porque são operários, são sempre tumultuosos, facciosos, malfeitores.” (GRAMSCI, 2005, s./p.)

<sup>12</sup> O jornal elogiou o dispositivo da Lei de Segurança Nacional, sancionada em abril de 1935, que permitia o cancelamento da naturalização do estrangeiro que favorecesse atividades que resultassem em risco aos interesses nacionais. (OESP, 02-02-1935, p. 03)

A formação do caráter e do comportamento do trabalhador nacional tinha por finalidade torná-lo “imune” às influências perniciosas das ideologias revolucionárias trazidas para o país pelo elemento estrangeiro. A inserção do trabalhador nacional no mercado de trabalho deveria ser feita de forma a torná-lo produtivo e, ao mesmo tempo, disciplinado, dócil, domesticado:

[...] O adestramento do corpo e do espírito do trabalhador nacional, com o objetivo de torná-lo apto para as relações contratuais, implicou uma proposta educacional cujo caráter repressivo possibilita defini-la como sinônimo de domesticação. O controle sobre o trabalhador explica a importância atribuída à disciplina do corpo e da mente. Como as greves de resistência e várias outras manifestações do movimento operário desarticularam as formas de dominação, em certas circunstâncias optou-se por criar um outro tipo de trabalhador - ordeiro - para fazer frente àquele que se tornara subversivo. (CAPELATO, 1988, p. 94-95)

Para criar este “novo” trabalhador e, ao mesmo tempo, preservar o *status quo* político, social e econômico, o jornal utilizou sua principal arma: a informação. O periódico procurou desqualificar os instrumentos de reivindicação da classe operária, como, por exemplo, manifestações grevistas, associando-os ao “perigo” dos agitadores sociais:

[...] Estas são o instrumento de que deliberadamente se serve uma minoria, que acidentalmente a domina para dar ao movimento um aspecto pouco simpático e tornar as partes inconciliáveis, o que é o ideal dos elementos subversivos, para os quais as greves são uma arma política, e não um meio de pugnar por legítimas reivindicações, [...] (OESP, 18-01-1935, p. 03)<sup>13</sup>

Para o jornal, o efeito direto de um movimento grevista pode se revelar contrário à intenção dos que o idealizam, transformando-se na razão de instauração de um estado de ditadura, seja ela de direita, ou, de esquerda. Nenhuma destas formas autoritárias de governo, segundo o OESP, concebem o direito de greve porque, para elas, o Estado deve sobrepujar aos interesses das classes e subjugar a liberdade de ação destas, fazendo, assim, prevalecer sua vontade.

A greve seria, também, a causa da impopularidade do movimento operário: “A opinião pública será a primeira a revoltar-se contra o abuso desse instrumento de luta [...] As mais

---

<sup>13</sup> “A percepção acerca do mundo do trabalho estrutura-se na suspeição intrínseca de que os trabalhadores são revolucionários, tendo por trás de si ‘grupos radicais’. Trata-se também de uma construção imagética exagerada, dentre tantas outras produzidas estrategicamente pelo jornal, que, dessa forma, quer impedir toda e qualquer possibilidade de greve, [...]” (FONSECA, 2005, p. 404).

justas reivindicações virão a ser, [...], mal recebidas e prejudicadas. Não há movimento algum que vingue sem o apoio da opinião pública” (OESP, 22-01-1935, p. 03).

Em outra ocasião, o OESP condena a greve, amparando-se no princípio de que as manifestações dos trabalhadores instauram um poder na sociedade que ameaça a ação do Estado. Tais manifestações provocam, também, a quebra da disciplina e da hierarquia, indispensáveis na condução dos “negócios públicos”:

Quando foi da greve dos correios, negamos aos funcionários públicos o direito de recorrer a este processo de ação. O interesse público, observamos então, está acima de todas as pretensões individuais. Reconhecer aos funcionários o direito de greve é permitir, dentro do Estado, a constituição de um poder novo com forças para enfrentá-lo, e, portanto para embarçá-lo no exercício regular das suas funções. É, por outras palavras, abolir a disciplina e suprimir a hierarquia, coisas essenciais para a boa marcha dos negócios públicos e coisas sem as quais não subsiste nenhuma organização, quer social, quer política. (OESP, 01-02-1935, p. 03)

O elogio à política trabalhista de Getúlio Vargas constituiu outra importante arma contra o comunismo. Comparou-se, assim, a situação do Brasil em relação à Rússia:

[...] não há, por parte do governo, má vontade. [...] Quando não fosse um crime contra a coletividade, as greves, [...], seriam inúteis. O que se dá com o funcionalismo é o mesmo que se dá com o operariado. Não há contra ele, do lado do governo, a mínima hostilidade. Não há, sequer, má vontade. Tudo quanto o governo pode fazer por ele, sempre o faz. Não há justificativa, por isso, para os movimentos grevistas de que temos sido testemunhas e vítimas. Se alguma censura o governo pode merecer será antes pela benevolência com que acolhe todas as reclamações que lhe fazem. [...] Em nenhum país do mundo o operariado leva uma existência que se possa comparar de longe à que desfruta o operariado brasileiro. [...] Livre da férrea disciplina, que oprime os trabalhadores da Rússia, e sem as aflições em que a falta de trabalho traz o operariado dos outros países o do Brasil goza de uma vida isenta de opressões, atravessa os dias sem padecimentos cruéis, tem o pão garantido e olha o futuro sem temor. Trocar o certo dessas vantagens pelo incerto das promessas com que os agitadores lhe acenam seria a mais lamentável das loucuras. [...] Não seja ingênuo. Abandone as utopias, reconcilie-se com a razão e o bom senso e cerre os ouvidos às cantilenas dos agitadores de verbo sonoro e coração duro. (OESP, 03-03-1935, p. 03)

As denúncias em relação à situação da classe operária serviam, também, para criticar o trabalho dos comunistas junto às massas trabalhadoras:

Pelo que contam os romancistas e pelo que narram os viajantes, a situação do operariado nacional, no norte do Brasil, é das mais precárias. Salários miseráveis, escravização aos patrões por dívidas que nunca pagam. O contrário exatamente do que sucede com o operário do sul. Aqui, não só lhe sobeja trabalho como os salários são mais elevados, o teor de vida mais

confortável e a liberdade de ação plenamente garantida. Não há patrão que se atreva a abusar do operário e não há operário que, com trabalho e tenacidade, não consiga converter-se em patrão. Entretanto, é para aqui que convergem as atividades dos comunistas e contra São Paulo é que se desfecham as setas mais hervadas dos protetores do operariado nacional. [...] Se, realmente, houvesse amor ao operariado entre os que se dizem seus amigos e defensores, já estaria travada, a esta hora, no Brasil, uma campanha em prol dos operários do norte, [...] (OESP, 30-07-1935, p. 03)

Além das questões concernentes ao mundo do trabalho, falsas informações acerca do sistema de ensino na Rússia também foram utilizadas no sentido de “conscientizar” a população nacional quanto às consequências que a adoção do comunismo traria ao país. Sob o título “As proporções do Problema Escolar na Rússia” (01-03-1935), o jornal publicou que, naquele país, não havia escolas suficientes para atender à demanda de alunos. A consequência imediata que tal situação gerou foi a divisão do período escolar em três turnos o que, segundo o OESP, prejudicava o rendimento do ensino e o desenvolvimento cultural dos estudantes.

A organização familiar constituiu, também, um dos aspectos pelos quais o periódico procurou reforçar um sentimento anticomunista. O OESP, no que tange à prática do concubinato, alertava que, a exemplo do que ocorria na Rússia, poderia no Brasil, caso o comunismo aqui triunfasse, ganhar o mesmo status que o casamento legalmente instituído. Na sociedade soviética, segundo entendimento do referido jornal, a prática de bizarrices sexuais tornara-se algo já comum.

Assim, o periódico, em sua prédica anticomunista, empenhou-se em produzir discursos que contrapunham a realidade soviética à brasileira, no que se referia aos valores familiares já solidamente cristalizados em nossa tradição. Dessa maneira, todos os comportamentos e práticas que confrontassem tais valores, como, por exemplo, o divórcio, o aborto, a libertinagem sexual, constituíam, para os liberais do OESP, terreno fértil para o florescimento do comunismo.

Outra questão que mereceu especial atenção por parte dos editorialistas foi o “ateísmo” bolchevique. Estes, cientes da força que a religião cristã exercia sobre a consciência da maioria da população, utilizaram-se da grande influência do cristianismo como forma de fortalecer o repúdio aos “infiéis vermelhos”: “Quando o comunismo triunfou na Rússia, tratou logo de eliminar a religião e enfraquecer a família, [...]” (OESP, 18-08-1935, p. 03).

Conforme visto, para o OESP a solução para os conflitos sociais não implicaria a adoção de regimes considerados ditatoriais, como, por exemplo, o comunismo, mas, sim, a defesa dos princípios liberal-democráticos, como as liberdades individuais e o direito de

propriedade. A inserção do trabalhador nacional no mercado de trabalho deveria ser precedida por um processo pedagógico que tornasse a classe operária disciplinada e produtiva, ao mesmo tempo em que protegida da influência das ideologias consideradas “exóticas”.

É no pensamento político de John Locke que se baseavam os representantes do matutino, em suas propostas para a organização do mundo do trabalho. Nesse sentido, a aceitação da presença do Estado, enquanto organismo regulador das relações entre capital e trabalho, era justificada pela necessidade de preservação da ordem social e, conseqüentemente, da propriedade privada. A defesa dos princípios liberais no campo social revelava a preocupação do periódico em evitar qualquer risco às bases econômica, política e social, por meio das quais se dava a dominação sobre os não-proprietários. Para o jornal, a satisfação das necessidades e direitos da classe operária deveria ser encontrada nos pressupostos do liberalismo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objeto deste trabalho consistiu em analisar e compreender a importância da atuação da imprensa, especificamente do jornal *O Estado de S. Paulo*, em um determinado período e contexto histórico. O referido jornal foi, durante a pesquisa, considerado como um organismo vivo que, por isso mesmo, tem a capacidade de influir e interferir nas esferas econômica, política, cultural e social, por meio de ações que submetem, obrigam e determinam a práxis de instituições políticas e de atores sociais.

Assim sendo, a partir de um recorte que compreende os anos de 1930 a 1937, concentrando-se no ano de 1935, observou-se a capacidade do jornal estudado de construir uma opinião e influenciá-la, a partir de uma dada concepção ideológica. O referencial teórico adotado firma-se no pensamento de Antonio Gramsci quanto ao papel da imprensa, enquanto “aparelho privado de hegemonia”, que atua na construção de consensos e na conformação e cristalização de um imaginário político, econômico, cultural e social, garantindo, assim, não só a hegemonia de uma classe, como, também, legitimando a sua dominação política.

O projeto de poder que norteava a atuação do OESP balizava-se na doutrina liberal e almejava a hegemonia política e cultural de São Paulo, no cenário nacional. Aos paulistas, considerados superiores em relação aos demais brasileiros, a partir de critérios de raça, nascimento e tradição histórica, cabia não só a construção de uma “consciência coletiva” como também a condução dos destinos do país.



A defesa das liberdades individuais e dos valores democráticos, empreendida pelo jornal, camuflava uma concepção de igualdade totalmente excludente, já que o liberalismo, ao condicionar a vida e a liberdade à posse, estabelece uma distinção, no interior da sociedade, entre os proprietários, pertencentes à “comunidade dos livres” e os não-proprietários, os “não livres”. Estes, destituídos da condição de humanos pela incapacidade de utilizarem-se da racionalidade para conhecer as leis da natureza, tornam-se inferiores e perigosos, devendo ser, quando não subjogados, eliminados. Assim, o contrato social é consequência direta da necessidade de preservar a propriedade privada, pois o Estado tem a função de punir todos aqueles que, desobedecendo às leis naturais, insurgem-se contra a vida e a liberdade dos proprietários.

O autoritarismo presente no pensamento liberal ajudou-nos a compreender o comportamento do jornal ao apoiar o controle político e social exercido pelo Estado sobre a classe trabalhadora, por meio da cooptação e da coerção. A ascensão de um movimento operário autônomo representava, para os liberais do OESP, uma ameaça tanto à liberdade quanto ao domínio político e econômico da “comunidade dos livres”. Além disso, para o matutino, as situações de conflito entre Capital e Trabalho configuravam terreno fértil para o fortalecimento do comunismo. Ainda, para o periódico, a “ordem social” constituía-se um fator imprescindível para a evolução política e econômica do país, o que pressupunha o controle ideológico dos trabalhadores, de forma a torná-los dóceis, produtivos, ordeiros e “resistentes” às investidas perniciosas dos comunistas, considerados como “inimigos da propriedade”.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRAVO, Guilherme P. **O papel conservador dos liberais: a ANL e os Levantes Nacional-Libertadores de Novembro de 1935 nas páginas do jornal O Estado de S. Paulo**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – FFC – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

CAPELATO, Maria Helena. PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino (Imprensa e Ideologia no jornal O Estado de São Paulo)**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena. **Os Arautos do Liberalismo – Imprensa Paulista 1920 - 1945**. São Paulo: Brasiliense, 1ª edição, 1988.

CARDOSO, Irene. **A universidade da comunhão paulista**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

FONSECA, Francisco. **O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da Agenda Ultraliberal no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2005.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. “All the world was América” – John Locke, liberalismo e propriedade como conceito antropológico. In: **Revista USP**, nº 17, 1993, p. 30-53.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere- Introdução ao Estudo da Filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. **Os jornais e os operários**. Marxists Internet Archive, 2005. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>. Acesso em: 18 março.2011.

KONDER, Leandro. **A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MACPHERSON, C. B. **A democracia liberal: origens e evolução**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1978.

\_\_\_\_\_. **A teoria política do individualismo possessivo. De Hobbes a Locke**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise Nacional**. São Paulo: Secção de obras d “O Estado de S. Paulo”, 1925.

\_\_\_\_\_. **Vida de um Revolucionário**. Ed. Anhembi, 1954.

\_\_\_\_\_. **Política e Cultura**. São Paulo: Ed. Martins, 1969.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.